

	ATA DE REUNIÃO	Nº 01/2014	
	REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE ENERGIA EÓLICA DO CEARÁ		
	Data: 17/01/2014	Local: ADECE	Horário: 09h00min
Assunto: Reunião Ordinária			
Pauta: 1. Relatório ABEEÓLICA - 2013; 2. Entrada de Investidores – Modelo Bahia; 3. Estudos de Desempenho Comparando Equipamentos Eólicos; 4. Crédito de ICMS – Fabricantes do Setor Eólico;			
Participantes: ABEEÓLICA; ADECE; FIEC; SEMACE; SENGE-CE; SIMEC; SINDUSCON-CE; UECE; UFC.			
Convidados: ALBUQUERQUE PINTO; CTZ; MAKRO ENGENHARIA; SIEMENS; WOBLEN.			

(1) Relatório ABEEÓLICA - 2013

Sr. Adão Linhares (ABEEOLICA) inicia a reunião destacando os sucessos da fonte eólica nos leilões de energia em 2013, confirmado-a como uma das principais fontes do Brasil.

Ele mostra o relatório da ABEEOLICA de dezembro de 2013, que ainda não leva em consideração o leilão A-5 e, contrariando as previsões do governo, a eólica atingiu 3% da matriz energética nacional. Segundo ele, a expectativa do Governo, segundo o PDE, era que esse percentual só fosse atingido entre 2025 e 2030. Ainda cita que até 2018, serão 14 GW em operação no país, fomentando a cadeia de indústria, serviços e construção civil.

(2) Entrada de Investidores – Modelo Bahia

Sr. Adão Linhares replica para os participantes da reunião como funciona o fluxo de entrada de investidores no Estado da Bahia.

Segundo ele, para instalar uma torre de medição, o investidor precisa de uma licença do órgão ambiental e é atendido por um balcão de representantes do governo, incluindo também a secretaria de infraestrutura e a de desenvolvimento econômico. É feito um cadastro do investidor e ele é acompanhado pelos órgãos até o final do seu projeto. Caso não procure o cadastro, o investidor tem uma dificuldade na licença ambiental.

Então, Sr. Adão Linhares, sugere que seja feito de forma parecida pelo Estado do Ceará, já que a SEMACE é o órgão de entrada para investidores/pesquisadores de ventos.

Sr. Jurandir Picanço (FIEC) exalta a maior segurança que o investidor sente em entrar no estado com o método apresentado.

Sr. Adão Linhares sugere aos representantes do Governo do Estado presentes na reunião, que transferiram à proposta as pessoas competentes.

Sr. Diego Romano (ADECE) sugere que, caso seja criada realmente a comissão, a Câmara Setorial de Energia Eólica do Estado do Ceará também passe a ser integrante.

Sr. Alexandre Pinto (SEMACE), pede que seja enviado um ofício da CS Eólica para a SEMACE solicitando a formação do “balcão” e ainda sugere que a medida não seja também só pra eólica, mas também para outros grandes projetos. Sr. Adão Linhares discorda, afirmando que os grandes projetos já tem um fluxo bem definido, os projetos eólicos é que precisam desse tipo de apoio no momento.

Sr. Jurandir Picanço comenta que há muito tempo a SEINFRA não participa das reuniões da CS Eólica.

Sr. Diego Romano questiona se o modelo do “balcão” é usado só para investidores interessados em medição, ou seja, parques eólicos ou também para indústrias e o Sr. Adão Linhares afirma que qualquer tipo de empreendimento ligado à energia eólica, passa pela comissão do governo baiano.

Sr. Walter Cabral (SINDUSCON-CE), também conta sua experiência com o Estado da Bahia, acrescentando que tanto o Governador, como o Vice-Governador, têm atuação direta com os municípios potenciais para geração de energia eólica, tendo conhecimento das áreas propícias para instalação de parques eólicos.

Sr. Fernando Ximenes (SIMEC) conclui dizendo que a iniciativa deve ser tomada pela ADECE e que ela seja a líder do grupo do governo. Ele também acha interessante a presença da FUNCEME no “balcão”.

(3) Estudos de Desempenho Comparando Equipamentos Eólicos

Sr. Jurandir Picanço introduz falando de sua desconfiança de que não haja estudos que comparem desempenho de equipamentos instalados no litoral e no interior do estado.

Sr. Adão Linhares defende a atualização do Atlas Eólico do Estado do Ceará, que dentre outras funções, poderá fornecer dados de desempenho dos equipamentos eólicos dentro das regiões do estado.

Sr. Walter Cabral informa que o potencial eólico da Bahia com torres de 150 metros é de 195GW.

Sr. Fernando Ximenes comenta que dados de ventos podem ser obtidos junto aos administradores dos parques eólicos cearenses. Sr. Diego Romano lembra que já foi enviado a COELCE um ofício solicitando tais informações, mas que até agora a CS Eólica não havia recebido resposta.

Sr. Adão Linhares diz que realmente o interessante seria a confecção de um Atlas atualizado e explica o modelo de contratação da empresa de consultoria que idealizou o Mapa Eólico da Bahia, uma parceria entre o Governo do Estado e o SENAI-BA. Sr. Jurandir Picanço se dispôs a colocar o SENAI-CE em contato com a ADECE, pois, segundo ele, a instituição tem todo o interesse em ajudar no que for competente ao campo de energias renováveis.

(4) Crédito de ICMS – Fabricantes do Setor Eólico

Sr. Adão Linhares explica a lei do PROEOLICA, que isenta em parte do ICMS indústrias do setor eólico localizadas no Estado do Ceará. Além dessa lei estadual, uma resolução do CONFAZ (101/97) estabelece isenção do governo estadual que permite isso independente do governo federal. A resolução também pressupõe a isenção/deferimento de parte do ICMS para indústrias e parques eólicos.

Segundo o Sr. Adão Linhares, na cadeia do ICMS, o crédito das empresas acabam virando custo, pois elas não têm como repassar.

Na reunião com o Governador no ano passado, foram apresentados os problemas de algumas empresas do setor eólico e o mesmo sinalizou positivamente que ia resolver o caso, dizendo apenas que não iria tirar recurso do Tesouro Estadual para pagar ICMS de outro Estado, mas para o que fosse comprado dentro do Ceará, não havia problema.

Sr. Daniel Landim (SL Tributos – SIEMENS) explica que o acúmulo de crédito está virando um problema para o setor e deve ser solucionado de forma breve, pois está gerando descaso entre as empresas com o Estado. Ele afirma que já conversou com a SEFAZ, que ficaram de analisar, mas ainda não passaram uma resposta. Além disso, ele se dispõe a ajudar com um texto que servirá de alternativa para a legislação.

Sr. Lucas Monteiro (CTZ) afirma que para empresas de auditoria/consultoria, um montante de crédito de ICMS como esse que está sendo gerado, é terrível e pode denegrir a reputação do estado fora do país, piorando a atração de investimentos.

Sr. Daniel Landim afirma que, segundo pesquisa realizada por ele, o maior problema é com a importação e energia.

Segundo Sr. Daniel, os estados de Minas Gerais e São Paulo já têm uma legislação de transferência de ICMS das empresas eólicas e seria a mesma alternativa para o Estado do Ceará.

Para Sr. Fernando Ximenes, o melhor seria levar a proposta à bancada da Assembleia Legislativa para que seja votado, porém Sr. Jurandir Picanço lembra que esse assunto já foi conversado com o Governador e ele assumiu o compromisso de resolver a questão em pauta, portanto, deve partir dele a iniciativa e ainda indica que o Presidente do CEDE deve dialogar com o Governador para resolver de uma vez o impasse.

No debate, Sr. Fernando Ximenes, sugere uma audiência de urgência com o Governador, podendo o mesmo encaminhar proposta para a bancada de a Assembleia Legislativa Estadual votar e legitimar.

Encaminhamentos:
- o Disponibilizar material da ABEEOLICA para membros; - o Ofício de criação do balcão da energia eólica para presidência da ADECE; - o Reunião com SENAI sobre o Atlas Eólico do Estado do Ceará; - o Reunião com Presidente do CEDE para discutir nova legislação do ICMS para eólicas.

Agradecemos a participação de todos e solicitamos que encaminhem sugestões para inclusão nas pautas das próximas reuniões para os e-mails: adao.muniz@rminfraestrutura.com.br; fernandoximenes1@yahoo.com.br; diego.romano@adece.ce.gov.br.

Próxima Reunião Ordinária: 14 de fevereiro de 2014

Fernando Ximenes
1º Secretário